

*O casamento em Claudia: gênero e relações de poder nos anos 1970 e 1980**

SORAIA CAROLINA DE MELLO**
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo observa através das edições da revista *Claudia* publicadas no Brasil entre 1970 e 1989, os conflitos e as disputas discursivas em torno da instituição do casamento. Tendo como base teorias feministas, tanto contemporâneas às fontes consultadas quanto mais atuais, busca-se problematizar as assimetrias de gênero dentro do que tradicionalmente se esperava do casamento e das designações de esposa e esposo, marido e mulher. Os acontecimentos no Ocidente no ano de 1968, os questionamentos sobre as tradicionais relações de poder no âmbito pessoal, a eclosão dos diferentes movimentos feministas ocidentais nesse período, muitos deles conectados pela ideia de que “o pessoal é político”, ajudam a compreender os discursos conflitantes encontrados nas fontes consultadas.

Palavras-chave: *Claudia*; Casamento; Gênero.

Abstract: This article aims to analyze, through *Claudia* magazine issues published in Brazil between 1970 and 1989, the conflicts and discursive disputes around the institution of marriage. Based on feminist theories, both contemporaries to the sources consulted as more current, it seeks to problematize gender asymmetries inside the traditional expectations of marriage and the designations of husband and wife. The events in the Western world in 1968, the questioning of traditional power relations on a personal level, the outbreak of different western feminist movements in this period, many of them connected by the idea that “the personal is political”, can help to understand conflicting speeches found in consulted sources.

Keywords: *Claudia*; Marriage; Gender.

* Recebido em 27 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 28 de junho de 2016. Este texto é um recorte de sua pesquisa de doutorado que resultou na tese “Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista *Claudia* e o trabalho doméstico (1970-1989)”, defendida em 2016 e financiada pela Capes.

** Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) na UFSC. E-mail: soraiaa.mello@gmail.com.

Novos pedidos para o santo casamenteiro

Uma pesquisa feita por estudantes de Comunicação da USP, nas igrejas de Santo Antônio (no bairro do Pari e no centro da cidade), revela que este ano não são apenas os pedidos de casamentos que estão prevalecendo nas orações dos fiéis. Entre os milhares de solicitações efetuadas pelos que rezam, assistem à missa, comungam, acendem velas ou deixam até bilhetes aos pés do santo, estão também pedidos de auxílio para encontrar emprego ou adquirir casa própria, considerados muito mais importantes do que o casamento. Sinal dos tempos. Resta saber como Santo Antônio vai resolver tantos problemas...¹

Este artigo observa através das edições da revista *Claudia*, publicadas no Brasil entre 1970 e 1989,² os conflitos e disputas discursivos em torno da instituição do casamento. Tendo como base teorias feministas, tanto contemporâneas às fontes consultadas como mais atuais, busca-se problematizar as assimetrias de gênero dentro do que tradicionalmente se esperava do casamento e das designações de esposa e esposo, marido e mulher. Os acontecimentos no Ocidente no ano de 1968, os questionamentos sobre as tradicionais relações de poder no âmbito pessoal, a eclosão dos diferentes movimentos feministas ocidentais nesse período, muitos deles conectados pela ideia de que “o pessoal é político”, ajudam a compreender os discursos conflitantes encontrados nas fontes consultadas.

É importante citarmos que *Claudia*, grande sucesso editorial no Brasil, líder no período do setor imprensa voltada para as mulheres, foi uma revista fundada, no princípio dos anos 1960, sob o signo da modernidade. A industrialização e o consumo, o crescimento da população urbana e da

¹ *Claudia*. São Paulo, n. 240, ano XX, setembro de 1981, p. 27. Trecho retirado da seção “O Assunto é...”.

² Este artigo representa um recorte de uma pesquisa maior, que resultou em tese de doutorado, voltada à revista *Claudia* e ao trabalho doméstico. Para a pesquisa foram consultados mais de 70% de todos os exemplares mensais da revista publicados entre 1970 e 1989.

classe média, que se estabeleceram de forma destacada no país a partir da década de 1950 (MELLO; NOVAIS 1998) e são, nos anos 1970, um fato inquestionável, são o pano de fundo sob o qual a revista é fundada. Um magazine voltado à mulher casada – ou que pretendia casar, ou que já foi casada – parece uma confiável fonte de pesquisa para observarmos os discursos correntes, voltados às mulheres, sobre a instituição casamento nesses anos, assim como os debates e disputas acerca dos mesmos.

Em termos de donas de casa, podemos considerar a instituição casamento como aquela responsável pela ligação entre as mulheres e o trabalho doméstico gratuito que presta(va)m às suas famílias e à sociedade, o que também estabelece, historicamente, relações de poder (FOUCAULT, 1984) bem específicas e assimétricas entre homens e mulheres. É, portanto, a partir dessas premissas que se debate a seguir as querelas discursivas envolvendo o casamento nesse importante produto cultural voltado às mulheres no Brasil nas décadas de 1970 e 80.

A leitura dos artigos

No começo da década de 1970, *Claudia* apresentou algumas visões quase calamitosas, catastróficas, a respeito do casamento. Se for pensar em todas as transformações pelas quais o mundo ocidental industrializado passou nos anos anteriores, entre meados até o final da década de 1960, principalmente nos questionamentos morais e ideológicos a respeito de instituições que eram centrais nessas sociedades – como era o caso do casamento –, podemos compreender melhor esse sentimento de esgotamento, de finitude do sonho matrimonial. Um sentimento que foi expresso na revista através da ideia de que o casamento era uma instituição falida, velha, ultrapassada e desinteressante para a juventude.

Em fevereiro de 1970, na coluna “A arte de ser mulher” assinada por Carmen da Silva,³ podemos encontrar essa sensação sendo exacerbada.

³ Carmen da Silva foi um destacado nome do feminismo brasileiro do período, e manteve sua coluna em que discutia “a questão da mulher” (segundo termos das fontes) em *Claudia*

Comenta Carmen que “[...] os jovens, descompromissados com nossos tabus e ilusões, não vacilam em expressar a gritos os receios que nós calamos, e põem a boca no mundo: ‘Casamento já não dá pé!’”.⁴ Sob o título “A CRISE NO CASAMENTO”, assim mesmo, em caixa alta, ocupando o topo das duas páginas de escrita densa e letras miúdas, acompanhada por uma fotografia de um casal em matrimônio sendo queimada, a autora apresenta ainda um depoimento de uma jovem de quinze anos. Este depoimento, originalmente publicado em *Claudia* em dezembro de 1969, é categórico ao afirmar que

Por mais moderna que seja a mulher, nunca vi mulher casada em condição humana: que tenha idéias próprias, que não seja escrava da casa e do marido, que não precise ser cega a muita coisa. Juro que não me caso, me ajunto mas não me caso: quero ser livre e independente. (*sic*).⁵

Como era comum nos escritos de Carmen da Silva, os problemas sentimentais e emocionais das famílias são explorados, dentro do contexto de industrialização que transformara os lares em espaços menores, desligara o lugar de trabalho do ambiente familiar, reduzira o tamanho das famílias e permitira que se criasse nos televisores um escape pouco saudável através do qual se fugia tanto dos problemas pessoais quanto do diálogo familiar. Inclusive, em um dos tópicos de seu artigo, “Dialogar é um ato de heroísmo”, ela comenta a hipocrisia que se escondia no “mundo de aparências” que sustentava a maior parte das convivências familiares naqueles dias, e apontava a necessidade de buscar o diálogo.

Diante de uma perplexidade generalizada em decorrência das estatísticas que indicavam altíssimos números de divórcios nos países desenvolvidos, como EUA e França, – no entanto, ter acesso a dados semelhantes sobre o desquite no Brasil –, percebia-se uma preocupação ampla com o futuro da família, do casamento e indiretamente das estruturas

entre 1963 até seu falecimento, em 1985.

⁴ *Claudia*. São Paulo, n. 101, ano IX, fevereiro de 1970, p. 102.

⁵ *Claudia*. São Paulo, n. 101, ano IX, fevereiro de 1970, p. 102.

sociais que dependiam destes. É importante indicar que, neste artigo, a autora descreve de uma maneira muito negativa e limitante a vida das “nossas avós” – mulheres de duas gerações anteriores –, dando ênfase a partir disso à necessidade de mudança. Assim, por mais que o texto como um todo tenha algo de angustiante, quase como um clima de terror emocional associado à vida familiar no princípio dos anos 1970, ele termina, através do subtítulo “Vamos receber bem as coisas novas”, com um tom esperançoso, convidando as leitoras a “participar como artífices dessa renovação”.⁶

Tudo isso nos angustia porque nos defronta com o desconhecido, sem caminhos prestabelecidos a trilhar, sem velhas receitas a recorrer, tendo de reinventar e criar. É uma tarefa pioneira – e que outra coisa é o próprio processo de viver senão uma odisséia de desbravamento?

Considero um privilégio viver precisamente êste dia, aceitar em plena consciência o estupendo desafio que êle nos apresenta. A saída para a crise no casamento é o futuro que nós vamos traçar: mãos à obra (*sic*).⁷

Em junho de 1972, Carmen da Silva retoma o tema em “Crise no casamento: será que você escolheu certo?”,⁸ onde incentiva as leitoras a enfrentar a crise e reconstruir suas vidas, caso seja esse o caminho de sua felicidade. Em setembro de 1973, quando a autora publica “O difícil papel da mãe desquitada”,⁹ o tom geral não é necessariamente de otimismo, como o próprio título do artigo sugere. O texto descreve o dia a dia de uma mãe desquitada fictícia criada pela autora com base nas cartas que recebia das leitoras. É interessante porque se aborda uma situação que não tem nada de extremo. O pai das crianças paga a pensão, fica com elas a cada dois finais de semana como geralmente designavam os juízes, tem uma nova esposa que é uma pessoa razoável, e os adultos nessa situação não alimentam hostilidade

⁶ *Claudia*. São Paulo, n. 101, ano IX, fevereiro de 1970, p. 103.

⁷ *Claudia*. São Paulo, n. 101, ano IX, fevereiro de 1970, p. 103.

⁸ *Claudia*. São Paulo, n. 129, ano XI, junho de 1972, p. 182-186.

⁹ *Claudia*. São Paulo, n. 144, ano XII, setembro de 1973, p. 83-89.

uns contra os outros. Quer dizer, não há abandono por parte do pai – ao menos não dentro daquilo que o senso comum esperava em 1973 –, não há violência nem ciúmes nas relações, não há grandes desentendimentos.

Entretanto, o simples fato da mãe, essa mulher que abdicou de uma carreira ambiciosa pela família, ter que lidar com uma série de dificuldades financeiras devido à sua nova configuração familiar, ao mesmo tempo em que se torna a única figura de autoridade parental para as crianças, cria um enorme problema doméstico, com o qual ela precisa lidar sozinha. Conviver com a frustração e as rejeições das crianças porque, materialmente, não consegue as oferecer, por meio de presentes ou passeios, tudo que o pai e a madrasta oferecem duas vezes por mês, é um peso emocional a mais sobre esta mulher. Apresenta-se um conjunto de fatores, agora muito reais em sua vida, para os quais ela não foi preparada: a reinserção quase que involuntária no mercado de trabalho, a culpa por não estar em casa com as crianças, a dedicação integral a elas quando não está no trabalho remunerado para tentar sanar essa culpa, a consequente morte da vida social adulta da mãe desquitada.

Carmen da Silva indica que a lógica tradicional de divisão de tarefas, do homem como provedor financeiro e da mulher como cuidadora e administradora familiar, geravam estes problemas. Os homens não conseguiam se envolver afetivamente, conhecer realmente seus filhos e filhas, pois dedicavam sua vida ao sucesso profissional e à busca pela subsistência, e as mulheres se encontravam sem coragem, capacidade ou treinamento para encarar problemas fora da esfera doméstica, por mais que resolvessem das mais complexas questões no seio familiar. Diante desse cenário, o desquite sempre se apresentava como uma situação mais delicada, mais difícil para as mulheres do que para os homens, porque eles poderiam se manter em sua zona de conforto, quase que exclusivamente se dedicando ao trabalho remunerado, sem modificar substancialmente suas rotinas.

Pouco menos de dois anos mais tarde, em junho de 1975 – portanto, antes da aprovação da lei do divórcio no Brasil –, Carmen da Silva, sob o título “Divórcio”,¹⁰ defende a questão como um direito, não uma obrigação.

¹⁰ *Claudia*. São Paulo, n. 165, ano XIV, junho de 1975, p. 112-115.

Ela deixa claro que o que está em jogo não é a dissolução da família, focando mais na impossibilidade de manter de forma saudável determinados casamentos, ou como seria mais danoso para as crianças crescerem num ambiente de desentendimentos do que crescerem com pais divorciados. Termina o artigo frisando que, em casamentos saudáveis para ambas as partes, as pessoas continuavam juntas por opção, não por obrigação. Todavia, nem sempre o divórcio foi abordado no magazine como algo positivo. Como uma espécie de contraponto, em outubro de 1976 *Claudia* publica “A crise no casamento”,¹¹ artigo de um psicólogo que tenta mostrar a crise como uma possibilidade de crescimento e amadurecimento do casal, e a reformulação da relação como algo positivo, não uma derrota ou sinal de diminuição de afeto. Neste artigo não se fala em divórcio.

Em 1977, ano em que o divórcio foi aprovado e regulamentado no país,¹² a coluna “A arte de ser mulher” aborda a crise do casamento em junho,¹³ indicando aquilo que as feministas do período chamaram de dupla moral sexual – sem, contudo, utilizar o termo – como responsável, em diferentes aspectos, pela crise. No final do texto, entretanto, ao invés de apontar para o fim do casamento, se comenta a necessidade de reformulação do conceito de casamento, necessidade de se rever o que se espera do casamento, necessidade de transformá-lo.¹⁴ Uma posição certamente mais

¹¹ *Claudia*. São Paulo, n. 181, ano XVI, outubro de 1976, p. 188-189.

¹² O divórcio foi instituído oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano. A chamada Lei do Divórcio passou a designar o desquite como separação judicial, revogando o Capítulo I e parte do Capítulo II do Título IV do Código Civil de 1916 (artigos 315 a 328) que tratava da Dissolução da Sociedade Conjugal e Proteção da Pessoa e dos Filhos. A lei estabeleceu a modalidade de divórcio-conversão, isto é, depois de separado judicialmente por três anos, o casal poderia requerer a conversão da separação em divórcio. Abria também a possibilidade do divórcio direto, mas somente para os casais separados de fato há mais de cinco anos em 28 de junho de 1977. É importante destacar que esse divórcio era admitido somente uma única vez.

¹³ *Claudia*. São Paulo, n. 190, ano XVI, julho de 1977, p. 135-143.

¹⁴ Uma curiosidade sobre este artigo é a publicidade que ocupa uma página cheia e mais metade da última página de texto escrito (p. 142-143). Nela, anuncia-se o lançamento da geladeira Consul 77, aberta e lotada de alimentos, com uma mulher muito elegante servindo suco, sob a chamada “Mais fascinante ainda... NOVA CONSUL 77 – a bem-amada!?”. Esse tipo de utilização do conteúdo dos artigos de Carmen da Silva como temática para

positiva que aquela encontrada no artigo da colunista do começo da década, em fevereiro de 1970. Em setembro de 1977 Carmen da Silva retoma o divórcio, agora já aprovado e aguardando ser regulamentado, sob uma perspectiva que merece destaque: o divórcio como sobrecarga para as mulheres, tanto emocional quanto material. Inclusive como sobrecarga de trabalho. “Divórcio: mais um desafio para a mulher”¹⁵ traz como chamada

Trabalhar fora, cuidar da casa, dos filhos, enfrentar uma dezena de funções, sem que ninguém fale em dividir as tarefas é coisa comum para nós. Mas é preciso perguntar: será que o divórcio vai ser mais uma sobrecarga? Será que estamos preparadas para mais este desafio?

É uma mirada atualizada sobre a análise que a autora trouxe em «O difícil papel da mãe desquitada», que nos lembra de que a necessária legislação regulamentando o divórcio não sanou todos os problemas, inclusive materiais, que a desigualdade de gênero (pensando em termos conceituais atuais, e não do período analisado) fizeram evidenciar nessas situações.

Já na virada da década, a revista comenta as novas relações nos casamentos, publicando “O casamento não é uma meta. Mas um ponto de partida”,¹⁶ em julho de 1979. Se trata de um texto bastante conciliador que, se por um lado, busca transformar as expectativas das mulheres sobre o casamento, por outro parece de certo modo deslocar a culpa dos problemas matrimoniais dos homens para as mulheres. É um conteúdo muito diferente das posições expostas por Carmen da Silva, que enxergava no modelo patriarcal (e, portanto social) de relações entre homens e mulheres os problemas que resultavam na crise da instituição, e não nos homens ou nas

a publicidade, de forma antagônica e às vezes quase sarcástica (como nesse caso, onde se fecha o artigo sobre a crise geral dos casamentos e dos relacionamentos entre homens e mulheres usando a expressão “bem amada”) era muito comum na revista. Talvez esta tenha sido uma maneira da revista marcar o conteúdo da coluna como não necessariamente, ou não totalmente alinhado com sua posição editorial, lembrando que este era um artigo assinado pela colunista, a fim de não afastar leitoras mais conservadoras.

¹⁵ *Claudia*. São Paulo, n. 192, ano XVI, setembro de 1977, p. 194-199.

¹⁶ *Claudia*. São Paulo, n. 214, ano XVIII, julho de 1979, p. 165-8.

mulheres em si. Em outubro de 1980, *Claudia* publica “Mulher descasada: recomeçar é possível. E vale a pena!”,¹⁷ com depoimentos bastante positivos de mulheres que mostram que, apesar das dificuldades, é possível reestruturar a vida familiar, financeira e amorosa após uma separação.

Às vezes, a revista publicava artigos que se mostravam puramente informativos, simplesmente resumindo os direitos e deveres das mulheres desquitadas ou divorciadas. Mas de forma geral, ao se falar em casamento e em família, além de advogados, consultavam-se algo que entendo como “profissionais do diálogo”: psicólogos, sexólogos e terapeutas dos mais diversos.¹⁸ A noção de diálogo, durante esses anos, parece que virou uma espécie de mote da família moderna. Já mais para meados da década de 1980, advogadas e sociólogas feministas são mais frequentes na revista. Principalmente após o falecimento de Carmen da Silva, em abril de 1985, essa iniciativa de buscar mais vozes autorizadas feministas se intensifica, talvez como uma forma de suprir a ausência da coluna «A arte de ser mulher», talvez por uma popularização ou maior aceitação do feminismo.

Contudo, é interessante observar como neste mesmo momento ideias antifeministas ressurgem. Pode-se dizer que elas só em parte ressurgem, porque ora retomam adjetivos e noções antifeministas do passado, ora acusam o feminismo por ser velho, ultrapassado, de ter conquistado tudo o que queria ou precisava e não haver mais motivo para existir. Quer dizer, mesmo que sentimentos antifeministas encontrem no final da década de 1980 mais espaços na publicação do que, por exemplo, em meados da década de 1970, não são necessariamente as mesmas ideias antifeministas encontradas no começo da década de 1970.

Em agosto de 1986, em reportagem sobre relações familiares em que também se divulgou o livro *Um é outro*, da historiadora e filósofa francesa Elisabeth Badinter, *Claudia* traz entrevista em que a autora afirma que o patriarcado, naquele ponto da história nas sociedades ocidentais industrializadas, estava morto.¹⁹ Também ao citar Elisabeth Badinter,

¹⁷ *Claudia*. São Paulo, n. 229, ano XX, outubro de 1980, p. 295-8.

¹⁸ Carmen da Silva pode ser entendida, inclusive, como um desses profissionais.

¹⁹ Homens, mulheres e as novas relações no amor, no casamento, com a família. *Claudia*.

em novembro do mesmo ano, em reportagem intitulada “Os homens se queixam ‘As mulheres querem tomar conta de tudo’,²⁰ o magazine traz a assertiva de que “[...] hoje, pela primeira vez na história da civilização ocidental, não existe uma única coisa que os homens façam e as mulheres não possam fazer”.²¹ Retomando o número de agosto de 1986, na reportagem supracitada no início deste parágrafo “Homens, mulheres e as novas relações no amor, no casamento, com a família”, utilizam-se falas de outra pesquisadora francesa, a socióloga Evelyne Sullerot. Chamou-me especial atenção quando ela aponta algo semelhante ao que declarou Elisabeth Badinter na mesma reportagem – é uma matéria extensa, de seis páginas cheias de texto –, que

O patriarcado já não existe. O que há é uma crise dos pais, da paternidade. Eles não sabem mais qual é o seu papel. Há uma questão masculina que começa. Eles se divorciam porque as mulheres querem. São elas que ficam com os filhos. E os homens sofrem com isso.²²

Claro que estou recortando essas afirmações contundentes de textos extensos na revista, e a própria publicação fazia o mesmo, citando partes editadas de entrevistas e depoimentos para montar seus artigos. Isso pode ajudar a cadenciar a escrita, mas certamente descontextualiza a fala completa, mais extensa, complexa e não tão taxativa, de onde se retiraram essas informações. Não obstante, podemos perceber a partir dessas colocações que, neste período, um sentimento de que as relações familiares haviam se transformado mais profundamente do que nunca antes, de forma irreversível, se fazia presente. Ao mesmo tempo, novos padrões de masculinidade eram discutidos. O enunciado da morte do patriarcado, que talvez fosse algo mais

São Paulo, n. 299, ano XXV, agosto de 1986, p. 48.

²⁰ *Claudia*. São Paulo, n. 302, ano XXVI, novembro de 1986, p. 28-31. Vale frisar que este artigo traz, em destaque e em caixa alta, em sua terceira e última página, a seguinte assertiva recortada de um depoimento masculino: “Prefiro as mais jovens: a geração das feministas perdeu o humor.”

²¹ *Claudia*. São Paulo, n. 302, ano XXVI, novembro de 1986, p. 28.

²² *Claudia*. São Paulo, n. 299, ano XXV, agosto de 1986, p. 47.

concreto em meados para finais dos anos 80 do que poderia ser em nossos dias, nos ajuda a pensar sobre as sensações de novidade e incerteza que estes novos casamentos, estes novos arranjos familiares e estas novas relações entre homens e mulheres, tão debatidas por *Clandia*, geraram.

As discussões feministas sobre patriarcado contemporâneas às fontes consultadas nunca foram consensuais, e levaram a diferentes caminhos. Questionou-se se era possível ou não a existência do patriarcado na contemporaneidade, uma vez que os laços de parentesco estariam se enfraquecendo, mas também por outras razões. Questionou-se se esse seria o conceito mais apropriado para explicar a subordinação das mulheres; assim como a não historicidade do conceito, que justificaria uma superioridade natural masculina. Por outro lado, e ao mesmo tempo, apontaram-se diferenças históricas em distintos patriarcados.²³

Retomando a citação de Evelyne Sullerot, quando ela coloca que “[...] Eles se divorciam porque as mulheres querem. [...] E os homens sofrem com isso”, encontramos uma tendência que se repete na revista, principalmente a partir de meados da década de 1980: a ideia de que os homens não foram preparados para essa nova situação e, portanto, não saber como se comportar diante dela não é necessariamente má vontade. Muitas vezes esses discursos surgem com uma postura conciliadora, a fim de ajudar a melhorar os relacionamentos nos lares, mas simultaneamente fica difícil não interpretar algumas dessas tentativas também como conservadoras, reacionárias ou antifeministas. A própria ideia de que são as mulheres que querem se divorciar, colocando os homens como vítimas, como

²³ Sobre esta última questão, Carole Pateman (1993, p. 45), em obra originalmente publicada em 1988, interpretou o patriarcado moderno como diferente dos seus antecessores, por não ser calcado no parentesco. Ela afirma que o patriarcado moderno é “fraternal, contratual, e estrutura a sociedade civil capitalista”. Em diálogo com teóricas feministas que se dedicaram ao tema na década de 1970, como Veronica Beechey, Juliet Mitchell, Sheila Rowbotham, Michelle Barret, Gayle Rubin e Nancy Chodorow, a autora australiana inclusive entende a negação do patriarcado como algo que beneficiaria o contrato social patriarcal moderno. Independente das querelas sobre o conceito, a assertiva de sua morte em *Clandia* sem dúvida indica a força de sua presença, e o uso repetido do termo patriarcado ou patriarcalismo nos escritos de Carmen da Silva reforça a aceitação de que, ainda que polissêmico, era um conceito em uso e reconhecido neste período.

abandonados, sem escolha perante a atitude das mulheres controladoras, não aborda os motivos pelos quais elas buscavam o divórcio.

Se a situação das mulheres desquitadas (e podemos pensar também nas divorciadas, anos mais tarde) era tão complicada quanto expôs Carmen da Silva em 1973 no artigo “O difícil papel da mãe desquitada”, o fato de elas buscarem o divórcio mesmo assim, e aceitarem assumir sozinhas a educação e o cuidado diário das crianças, nos aponta problemas irremediáveis nos casamentos. Na década de 1970, os discursos sobre a crise no casamento pareciam apontar para a anulação da mulher, como indivíduo, como um problema fundamentalmente presente nas relações entre homens e mulheres. No transcorrer da década de 1980, quando os discursos em *Claudia* apresentam, sobretudo, uma mulher inserida no mercado de trabalho, mais conectada com sua individualidade e suas necessidades pessoais e muito mais voltada para si mesma, a revista de alguma forma lembra a leitora de como seria importante voltar o olhar para o esposo.

De forma geral há um discurso de busca pelo equilíbrio, e é verdade que a publicação no transcorrer da década de 1980 vem recheada de dicas de bem estar totalmente voltadas às mulheres. Mas quando o assunto é casamento, o panorama que se apresenta é este: as mulheres lutaram e conquistaram tudo o que elas queriam através do feminismo e, portanto, a situação atual é algo como “culpa delas”. Partindo daí elas precisariam demonstrar compreensão e deveriam saber inserir seus esposos de forma saudável nessa nova configuração que elas mesmas criaram. Tem-se a impressão de que as mulheres são responsabilizadas, uma a uma, pelas profundas transformações nas relações familiares nos últimos quinze ou vinte anos, e resolver os novos problemas familiares decorrentes destas transformações seria dever delas.

Desse modo, a chegada dos anos 1980 não trouxe, necessariamente, ou pelo menos não o tempo inteiro, discursos menos conservadores ou mais progressistas no que se refere às temáticas feministas.²⁴ A figura da

²⁴ Para compreendermos melhor como se apresentavam as posições editoriais de *Claudia*, é interessante mantermos em perspectiva as ambiguidades e paradoxos que a publicação apresentou no decorrer desses anos. A capa de *Claudia*, São Paulo, n. 300, ano XXV, setembro de 1986, por exemplo, traz a chamada “SEDUÇÃO X EXCESSO DE PESO”

esposa, na família, se transforma não porque ela deixa de ser a responsável pelo bom funcionamento de tudo (desde o operacional até o psicológico e afetivo) na família, mas porque ela acumulou funções e porque as vontades dela deixaram de ser apenas voltadas à família: estar em forma, bonita ou bem cuidada apenas para o marido; conquistar a sensação de satisfação pessoal através das realizações dos filhos, e não de suas próprias etc. A busca por balanço e equilíbrio é tão complicada porque às aspirações disso que *Claudia* chamou de nova mulher, somaram-se as aspirações da mulher tradicional e de seus respectivos núcleos familiares, principalmente esposos. De alguma forma é necessário agora desempenhar os antigos papéis somados aos novos papéis, ou desempenhar os antigos papéis de forma melhor (em menos tempo, com mais eficácia e qualidade) para que sobre espaço para os novos papéis. De 1986 em diante, percebe-se que as preocupações da publicação quando se fala em nova família, ou família atual, estão muito voltadas aos homens. Não para pedir sua ajuda ou compreensão como ocorria nos anos anteriores,²⁵ mas sim para que as mulheres os ajudem e os compreendam neste processo.

Em agosto de 1986 o magazine publica em uma seção intitulada “Feminismo”, criada após o falecimento de Carmen da Silva, o artigo “Carinhoso, participante, afetivo – Se você ajudar, ele pode ser um novo pai”, assinado por Rachel Gutierrez.²⁶ Enquanto em 1981 encontramos discussões sobre a “nova mulher”, aqui se fala no “novo homem”, mas se deixa claro que é a mulher quem possibilitará que ele exista.

Insisto sempre num ponto: a desencadeadora desse processo de transformação é a mulher. E se existe um novo homem/novo pai, questionador dos papéis sexuais tradicionais, isso é uma decorrência do surgimento de uma nova mulher e uma nova mãe. A mulher que

e, ao mesmo tempo, no editorial deste número, fala-se diretamente sobre feminismo.

²⁵ Temos exemplos nesse sentido nos números 240 e 248 de *Claudia*, dos anos de 1981 e 1982.

²⁶ Rachel Gutiérrez é escritora, tradutora e dramaturga. Na década de 1980 fez parte do grupo *Mulherando* no Rio de Janeiro e, engajada nos movimentos feministas, participou de uma candidatura pelo cargo de vice-governadora nas eleições cariocas de 1986. Na mesma década também publicou livros sobre o feminismo.

ainda encara o casamento como um emprego vitalício e se comporta como uma supermãe, protetora, mas também possessiva, que tenta impedir o crescimento dos filhos (porque ela mesma não cresceu), certamente não terá, a seu lado, um novo pai.²⁷

Como podemos observar, o feminismo nesse ponto é tratado como assunto exclusivamente feminino. Logo, as mulheres deveriam agir como uma espécie de vanguarda conscientizadora, ou diretamente desencadeadora das mudanças, de alguma forma moldando as relações familiares para que coubessem nesse novo modelo mais democrático. Busca-se um companheiro participativo a seu lado, mas a transformação parece ser unilateral, ou ao menos a responsabilidade pelo processo de transformação parece ser uma iniciativa solitária e feminina. Se as ideias feministas são indicadas como responsáveis por estas mudanças, não poderiam homens que se identificam com o feminismo encabeçá-las, ou ao menos as propor em conjunto com suas companheiras?

Postura semelhante pode ser encontrada em “Ele também pode ser o rei do lar”, de fevereiro de 1987, que afirma: “Se você sonha com um companheiro para todas as horas – da lavagem da louça à paixão –, saiba que isso é possível. Depende muito de você”.²⁸ Nos textos sobre casamento deste período dos finais dos anos 80 que não são focados na sexualidade, o debate parece ocorrer muitas vezes apoiado nestes dois eixos: 1) compreender a atual perplexidade dos homens diante das novas relações, ajudando-os a se adaptar à atual situação e 2) gerenciar a divisão de tarefas. Em maio de 1987, um texto sobre a “Família 87” traz como chamada

Ganhar mais espaço, ter mais tempo livre para crescer, fazer ou não fazer nada. Ser mais você, além dos papéis de mãe, esposa e batalhadora. Como sempre, cabe à mulher ativar, puxar o parceiro para a mudança. Só assim a gente pode ficar de bem com a vida.²⁹

²⁷ *Claudia*. São Paulo, n. 299, ano XXV, agosto de 1986, p. 138.

²⁸ *Claudia*. São Paulo, n. 299, ano XXV, agosto de 1986, p. 138.

²⁹ *Claudia*. São Paulo, n. 308, ano XXVI, maio de 1987, p. 28.

Em setembro do mesmo ano, *Claudia* publica “Liberada, companheira e mãezona – É o que eles esperam de nós”³⁰ Em fevereiro de 1989, “A mulher dos sonhos dele” descreve a mulher esperada pelos homens: “Ela deve trabalhar fora, mas não muito. E o tempo para cuidar da casa, dos filhos e dele? Perplexo diante das transformações, o homem procura novos modelos de relacionamento, dividido entre a recusa em perder privilégios e uma vontade sincera de mudar”.³¹

Temos também artigos temáticos que são publicados sob outras perspectivas, como em novembro de 1988, quando “Constituição: a família mudou, está mais democrática”³² apresenta as mudanças que a nova constituição traz a diversos assuntos familiares, como o casamento, o conceito legal de família, filhos adulterinos, licença maternidade e paternidade, planejamento familiar, divórcio e creches. Ou então o caso de “Supermaridos”,³³ de maio de 1989, em que a revista descreve diferentes modelos de família, dos mais “modernos” aos mais tradicionais (sempre nucleares e heterossexuais), demonstrando que a noção de supermarido dependeria do que sua esposa e família esperavam dele, variando conforme o núcleo familiar: “Supermarido não é apenas o homem que cozinha e sabe lavar roupa, mas aquele que é sensível o suficiente para perceber as necessidades da esposa e mostrar-se companheiro, solidário, amigo e colaborador.”³⁴

Apesar desses artigos, é importante notar que a tendência dos escritos sobre casamento e família em apontar as mulheres como aquelas que resolviam os problemas foi forte até o final da década de 1980. Desde a programação de final de semana dos pais divorciados com os filhos,³⁵ até como ajudar o esposo a superar o desemprego,³⁶ eram questões que a *mulher-Claudia* podia resolver. Para além de um discurso antifeminista, ou ao menos

³⁰ *Claudia*. São Paulo, n. 312, ano XXVI, setembro de 1987, p. 50-52.

³¹ *Claudia*. São Paulo, n. 329, ano 28, fevereiro de 1989, p. 38.

³² *Claudia*. São Paulo, n. 326, ano 28, novembro de 1988, p. 48-50.

³³ *Claudia*. São Paulo, n. 332, ano 28, maio de 1989, p. 66-69.

³⁴ *Claudia*. São Paulo, n. 332, ano 28, maio de 1989, p. 68.

³⁵ Programas para os pais de fim de semana – O segredo é curtir junto. *Claudia*. São Paulo, n. 317, ano 27, fevereiro de 1988, p. 8-14.

³⁶ Família – Marido desempregado: como enfrentar a crise. *Claudia*. São Paulo, n. 330, ano 28, março de 1989, p. 128-131.

de superação do feminismo, parece que em certa medida o tradicional, que às vezes parecia ter ficado no passado, retorna. Transformado, como não poderia deixar de ser, mas retorna. É interessante observar, em contraste às apreensões em torno da crise do casamento publicadas em *Claudia* no começo da década de 1970, o artigo de novembro de 1987, “Casamento hoje: o que está mudado”.³⁷

Considero importante fechar o presente texto apresentando o citado artigo porque ele nos traz o movimento de volta, de retomada de certos valores, que também é encontrado na revista no final da década de 1980 quando ela aborda o trabalho, conforme observado em pesquisa mais ampla.³⁸ Com subtítulos como “Entre o amor e nada, os jovens escolheram o amor”, o texto de Marcia Denser³⁹ nos traz uma perspectiva de retorno mesmo, de retomada de uma instituição que não é mais a mesma, que está renovada e pode agora preencher esse vazio que a década de 1970 criou. A menção ao vazio faz lembrar a imprescindibilidade do casamento. Na diagramação da matéria, em caixa alta, se destaca do texto: “A geração atropelada pela pílula, pelos movimentos feministas, a *hippie way of life*, jogou as velhas instituições no lixo e nada colocou em seu lugar. Agora, surge uma luz no fundo do túnel: o casamento já é possível. Como? Os jovens têm a resposta”.⁴⁰ É sem dúvida um contraste à ideia repetida

³⁷ *Claudia*. São Paulo, n. 314, ano XXVII, novembro de 1987, p. 60-62.

³⁸ Refere-se a tese defendida em 2016.

³⁹ É importante apontar que, neste artigo, busquei referências breves sobre as autoras e autores dos textos, tentando encontrar relação com a militância feminista, de esquerda ou, por outro lado, ligação com grupos marcadamente conservadores, para ajudar a contextualizar melhor o conteúdo além da sua inserção em *Claudia*. Às vezes não encontro essas informações na *Internet*, outras vezes encontro informações insuficientes para refletir sobre a inserção política do/a autor/a. Ainda assim, acho importante comentar que, principalmente no site *Wikipedia* (Cf.: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal>), mas não somente, cita-se a atuação das autoras e autores em revistas e jornais diversos, mas raramente, exceto no caso de colunistas centrais como Carmen da Silva, cita-se a revista *Claudia*. Interpreto esse silêncio sobre *Claudia* no histórico das carreiras dessas/es profissionais como uma possível desvalorização da revista e seu conteúdo por serem voltados às mulheres, às donas de casa e a assuntos considerados corriqueiros ou de menor importância.

⁴⁰ *Claudia*. São Paulo, n. 314, ano XXVII, novembro de 1987, p. 61.

na revista na década de 1970 de que, principalmente entre a juventude, “casamento já não dá pé!”.

Simultaneamente, é presente um tom de desgosto em referência às transformações da década de 1970, como se o questionamento do casamento como instituição acompanhasse a negação do amor como um todo.⁴¹ A busca dos jovens por casamento neste momento, em 1987, é retratada então com um ar romântico, uma espécie de iluminação após as trevas emocionais e a anulação dos sentimentos que representaram os anos 70. Apesar de a autora reconhecer a superação da dupla moral sexual⁴² como um avanço importante e irreversível, ela apresenta a década de 1970 como um período caótico, do qual aparentemente os jovens dos finais dos 80 seriam capazes de se beneficiar melhor porque não foram submetidos aos traumas e às confusões que essas transformações trouxeram: “Realmente, este é um trabalho de gerações. E eu tenho a impressão que foi a minha que saiu machucada. anos de holocausto, os 70. Mas foi preciso. anos de solidão, angústia, depressão, euforia, loucos anos”.⁴³

A dramaticidade na alusão à década anterior, ligada à sensação de tranquilidade, quase de “mundo retornando aos eixos” ao observar que a juventude está encarando o casamento sob uma perspectiva mais otimista,

⁴¹ É fato que determinados artigos, como “As santas prisioneiras do amor” de Carmen da Silva, de 1974, levavam a encarar o amor, ao menos como era posto socialmente às mulheres, como algo que as continha, as prendia e as fazia acreditar que era por sua própria vontade, conforme alusão que encontramos nas ilustrações do artigo. Mas mesmo neste caso, se apontava para a necessidade da construção de novas relações, não da negação do amor, nem mesmo da negação do casamento. Pensando nisso, em certo sentido “Casamento hoje: o que está mudado” pode ser encarada como uma resposta da publicação a tantas perguntas e dúvidas que ela apresentou às leitoras na década de 1970 sobre o futuro do casamento.

⁴² O que nos parece tão interessante quanto o anúncio da morte do patriarcado, no sentido de que não são afirmações costumeiramente realizadas com segurança em nossos dias. Quer dizer, é comum que se admita que dupla moral sexual ou patriarcado não sejam os conceitos ideais para explicar a situação das mulheres como coletivo no mundo hoje. Entretanto, os problemas indicados por esses conceitos, no que se refere às desigualdades com as quais as mulheres se deparam diariamente, não são apontados por mulheres que se identificam como feministas como problemas superados.

⁴³ *Claudia*. São Paulo, n. 314, ano XXVII, novembro de 1987, p. 62.

não parece em nada se desligar da proposta geral de uma publicação voltada às mulheres casadas. O casamento foi discutido com seriedade em *Claudia*. Não apenas como uma questão concernente à vida pessoal – e como para as mulheres o pessoal seria muito importante, o amor e o casamento também tinham de ser –, mas também porque a revista se preocupou com as transformações sociais gerais e principalmente as transformações diretas nas vidas das mulheres que decorreram da crise no casamento. As querelas discursivas acerca de modelos mais progressistas ou mais tradicionais de casamento, ou questionando a instituição como um todo são exemplares nesse sentido. Dentre as mudanças observadas em decorrência da «crise no casamento», o trabalho das mulheres, em tempo, qualidade e funções, tanto o gratuito e doméstico quanto o remunerado, ganham destaque. Esse é um ponto importante porque nos ajuda a refletir em que sentidos a instituição do casamento representou e ainda representa, efetivamente, carga extra de trabalho para as mulheres, que reproduz assimetrias de gênero e está no cerne de relações específicas de poder com as quais convivemos ainda em nossa década.

Referências

Documentação primária

Claudia. São Paulo, números 1, 2, 101, 103, 104, 106-111, 116, 118-123, 125-131, 133- 139, 141-145, 147-154, 156, 159, 161-165, 167-169, 171, 174-185, 187-190, 192-232, 234, 236-238, 240-244, 246-248, 252-255, 257-259, 262, 264, 265, 272, 274, 282, 284, 299-302, 304-310, 312, 314, 315, 317-319, 322-332, 334, 335, 339, 341,346, 347, 349-351, entre outubro de 1961 e dezembro de 1990. De forma mais regular e com a maior parte dos números completos, entre fevereiro de 1970 e dezembro de 1989, anos IX a XXIX, números 101 a 339.

Obras de apoio

- BASSANEZI, C. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem–mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BRUSCHINI, M. (et al). Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, L.; PITANGUY, J. (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- BUTTONI, D. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- COSSE, I. Claudia: la revista de la mujer moderna en la Argentina de los años sesenta (1957-1973). *Mora*, Buenos Aires, v. 17, n. 1, 2011.
- COSTA, M. *Entre o sonho e o consumo: as representações femininas na revista Claudia (1961-1985)*. Tese (Doutorado em História) - UNESP/ Assis, 2008.
- DUARTE, A. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão, 2005.
- DURAN, M. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOLLOWS, J. *Domestic cultures*. Berkshire: Open University Press, 2008.
- MELLO, J.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 559-658.
- MELLO, S. Diálogos feministas sobre a moral (1964-1988). In: DUARTE, A.; LUCAS, M. (Org.). *As mobilizações do gênero pela dívida militar brasileira – 1964-1985*. Fortaleza: Expressão, 2014.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

- NEHRING, M. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- PATEMAN, C. Confusões patriarcais. In: _____. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 45.
- PEDRO, J. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, 2011.
- PINSKY, C. Mulheres dos anos dourados. In: Priore, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PRADO, D. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SARTI, C.; MORAES, M. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, C.; ROSEMBERG, F. (Org.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, 1990.